



Retorno sobre as políticas militares na França e sua economia política¹

Claude Serfati

Uma nova conjuntura mundial foi inaugurada no final dos anos 2000. Como todo grande marco na história do capitalismo, este de que tratamos combina de modo original as dimensões econômicas e geopolíticas. Num contexto em que a crise de 2008 continua a exercer efeitos sociais devastadores, os processos políticos e sociais consideráveis modificaram profundamente a configuração geopolítica que se estabeleceu após o desaparecimento da URSS em 1991. Os governos Sarkozy e Hollande aproveitaram ao máximo as oportunidades criadas por esta nova conjuntura. Eles multiplicam as intervenções militares na África, onde a França possui interesses econômicos e político-militares primordiais, e promovem uma intensa diplomacia militar e econômica no Oriente Médio. Contudo, o intervencionismo militar (que os governos franceses tentam convencer a União Europeia a sustentar afirmando tratar-se de uma “vantagem comparativa” em relação aos seus parceiros) não é capaz de deter ou mesmo frear os conflitos. E isto coloca a França em uma engrenagem perigosa².

Um ponto em comum das teorias marxistas do imperialismo é de terem analisado a configuração da economia mundial como um resultado combinado da dinâmica da acumulação do capital e das relações no seio do sistema inter-estatal. A Primeira Guerra Mundial foi assim analisada como produto das interações fatais entre a concorrência econômica e as rivalidades políticas. O fim das guerras inter-imperialistas após 1945 e a dominação militar absoluta dos Estados Unidos no “campo ocidental” são dois argumentos frequentemente utilizados para tratar da obsolescência das teorias do imperialismo. De um lado, trata-se de “jogar fora a criança junto com a água do banho”, e de considerar que a ausência de guerras intra-ocidentais equivale à marginalização do papel do poder militar nas relações internacionais, ainda que a militarização do planeta conheça uma aceleração e um

¹ Tradução de Jamile Gonçalves e revisão de Pierre Salama.

² Ver a primeira parte deste artigo no link: <http://alencontre.org/europe/france/vive-le-rafaele-vive-la-republique-et-vive-la-france-1-retour-sur-la-place-du-militaire-en-france-i.html>



crescimento (particularmente na Ásia) há já alguns anos. De outro, basta observar as rivalidades entre, de um lado, os Estados Unidos e seus aliados e, de outro, a China e a Rússia para medir os limites destes argumentos no que concerne às grandes potências. Além disso, a contração da acumulação de capital nos países centrais e a crise da dominação dos Estados Unidos criam ambições em outros países¹.

Em todo caso, a fase contemporânea da mundialização do capital, dominada pelo capital financeiro, não invalida a importância dos fatores político-militares no nível mundial e nacional. O lugar que um país ocupa na “mundialização” depende da força de sua economia, mas igualmente de sua potência militar². Pois as relações sociais - e o capital é antes de mais nada uma relação social - são politicamente construídos e territorialmente definidos, desvalorizando seriamente as teses sobre o futuro de uma classe capitalista transnacional³. Trocando em miúdos, os acordos nas relações entre o político e o econômico diferem segundo cada país, e ensejam assim a trama das particularidades nacionais.

Neste plano, de todos os países desenvolvidos a França é onde a osmose entre o capitalismo e o Estado é ao mesmo tempo a mais antiga e a mais completa. Essa configuração particular é consequência de uma sedimentação que se formou progressivamente sobre as bases do absolutismo real. A poderosa máquina estatal que se criou foi moldada e desenvolvida a fim de responder às necessidades do capitalismo. Contudo, a grande burguesia francesa foi incapaz de encontrar tão somente na “*ação das ‘leis naturais’ da sociedade, ou seja na dependência do capital*”⁴ as forças necessárias à sua dominação. Poucas décadas após a revolução francesa e a conquista das liberdades democráticas, foi necessário nada menos que um golpe de Estado organizado por Luis Napoleão Bonaparte e a instauração de uma ditadura para consolidar a dominação do capital e assegurar sua expansão.

Ao aproximarmo-nos da contemporaneidade, precisamos considerar plenamente as medidas de instauração e a perenidade das instituições da V^a

¹ Alguns retomam hoje – ainda que com cautela – o termo de sub-imperialismo utilizado pelo marxista brasileiro Marini em 1972 para qualificar os BRICS. Ver P. Bond “BRICS and the tendency to sub-imperialism”, 10/04/2010 (<http://www.pambazuka.net/en/category.php/features/91303>)

² Esta questão, abordada pelos historiadores (P. Kennedy) e os pesquisadores em economia política internacional, não pode ser abordada neste artigo.

³ C. Serfati, ‘The new configuration of the Capitalist class’ in L. Panitch, G. Albo& V. Chibber (eds), Registering Class, Socialist Register 2013, London: Merlin Press.

⁴ K. Marx, Le Capital, Livre 1, Chapitre XXVIII : « A legislação sanguinária contra os expropriados a partir do fim do século XV – As leis sobre o salário”.



República francesa. Há aproximadamente seis décadas um regime qualificado de “golpe de Estado permanente” por François Mitterrand¹ estrutura as relações entre a política e a economia. Se a marginalização do papel do parlamento transforma numerosas reivindicações e ações em um problema político diretamente dirigido contra o presidente, é preciso ao mesmo tempo observar a resiliência das instituições da V^a República, evidentemente reforçadas por sua integral defesa da parte do Partido Socialista no contexto da alternância política. Este regime institucional produziu no espaço de algumas dezenas de anos uma osmose ainda mais pungente entre as elites dos setores público e privado, um adensamento do fluxo de operações financeiras e comerciais entre o Estado e o capital, enfim uma multiplicação das regulamentações que limitam as soluções de continuidade entre “o Estado e o mercado”. Uma análise da história, da economia e da sociologia da maior parte dos grandes grupos franceses que dominam a economia francesa² revelaria – assim como se revela uma fotografia – a multiplicidade de suas relações em nível estrutural com o Estado. Mesmo as leis de “descentralização” votadas a partir de 1982 serviram para reforçar a coesão entre o Estado e o capital. Sendo assim estas leis, além de gerarem desenvolvimentos protuberantes do aparelho estatal³, ora reforçaram as ligações existentes entre o Estado e os grandes grupos dos setores de água e de obras públicas, ora criaram novas ligações entre o aparelho estático (“descentralizado”) e os grupos no setor da grande distribuição (graça às autorizações de implantação que obtiveram), cujos mercados voltados para o consumo das famílias se distanciaram fortemente das demandas do setor público.

As interações entre o político e o econômico são assim solidamente enraizados na França. Isto explica também, em grande parte, a representação singular do militar no país. Se o militarismo foi um elemento decisivo na formação dos Estados modernos, conforme apontado por Charles Tilly (1928-2008) e por outros historiadores, a solidez do seu enraizamento na França é um traço marcante.

Todos os “profetas” do militarismo continuam sendo hoje obstinadamente referenciados, principalmente no plano financeiro, ainda que os novelos orçamentários ainda sejam difíceis de desemaranhar. Justificado por “um contexto

¹ F. Mitterrand, *Le coup d'Etat permanent*, Plon, 1964, Paris.

² Nos setores de armamentos (e conjuntamente à aeronáutica e o de armamento), nuclear, de petróleo e energia, de transportes e automóveis, de telecomunicações, da construção e das obras públicas.

³ Será por suspeitarem de uma certa glutoneirice que a mídia fala em “massa folhada do administrativo”?



estratégico que se degrada”¹, o projeto de lei atualizando a programação militar para os anos 2015 a 2019 inscreve um aumento de 3,8 bilhões de euros para o período, sendo as despesas militares que atingirão 162,4 bilhões de euros para o período² militar 2014-2019, sem contar os financiamentos das operações militares sobre o orçamento geral³. As evidências são igualmente visíveis sobre a questão das armas nucleares sobre a qual o consenso esquerda-direita foi construído graças à união do Partido Socialista à “força de ataque” em 1978⁴. A posse da arma nuclear é tão grande na manutenção da cadeira permanente do Conselho de Segurança que o debate sobre estas questões permanece ainda muito limitado⁵. Um especialista observa que a “A França não realizou nenhuma medida de desarmamento conforme havia se engajado a fazer, quando da adoção do Documento final do TNP 2010 (Tratado sobre a não-proliferação de armas nucleares)”⁶.

Enfim, a extensão das medidas de controle sobre a população residente na França que será permitida pela lei sobre a informação votada em junho de 2015, qualificada de “lei patife” por algumas organizações dentre as quais a Liga dos Direitos Humanos, reforça a proximidade entre o militar e a segurança. Essa proximidade dá um novo gás às empresas de armamento e facilita a emergência de um sistema industrial militar e securitário⁷.

¹ Ministério da defesa, “Projeto de lei Atualização da programação militar 2014/2019. Dossiê temático”.

² É preciso, de outro lado, levar em conta o fato de que as despesas que deveriam vir de receitas excepcionais (cessões imobiliárias, venda de emissão de rádio) são substituídas em até cerca de 5,2 bilhões de euros por “receitas determinadas” para os militares e os industriais.

³ O financiamento das “operações exteriores” (OPEX) está assegurado à concorrência de 450 milhões de euros pelo Ministério da Defesa. Para além disso, o orçamento geral paga as contas. Em 2014, os OPEX custaram 1,12 bilhões, montante ao qual agora é preciso acrescentar as operações de segurança exterior (“Sentinela”) estimados em 260 milhões de euros em 2015.

⁴ A atração pela exportação de armas começa com a eleição de F. Mitterrand em 1981. O “Programa comum de governo Partido socialista-Partido comunista” (27 de junho 1972) anuncia a “cessação de toda venda de armas e materiais de guerra aos governos colonialistas, racistas e fascistas” assim como “a estrita regulamentação de eventuais vendas de armamento ao estrangeiro” (sublinhado pelo autor, C.S.)

⁵ P. Quilès é uma quase exceção, ver Paul Quiles, Jean-Marie Collin, Bernard Norlain, Arrêtez la bombe!,

Cherche-midi, 2013, Paris. 28 de fevereiro de 2013. Um grupo de 10 deputados e senadores nota igualmente que “Muitos civis e militares de alto nível veem o desarmamento nuclear na França como um ato de traição ou declínio”. Declaração de 10 parlamentares franceses à Conferência internacional das armas nucleares em Viena, 9 de dezembro 2014.

⁶ Jean-Marie Collin, « La France et sa bombe, Eclairages, GRIP, 27 février 2015.

⁷ C. Serfaty, L’industrie française de défense, La documentation française, Paris 2014, chapitre 7



A potência militar é uma “vantagem comparativa” da França na Europa?

Convenhamos agora a apontar que a intensificação das intervenções militares se produziu no momento em que a economia francesa enfrentava a crise de 2008. Desde então, as políticas conduzidas sob as presidências Sarkozy e Hollande, a despeito das dezenas de bilhões de euros destinados às grandes empresas não permitiram nem a recuperação do crescimento econômico nem impediram o crescimento do desemprego. Dentre outros sinais alarmantes, o fato de 3,5 milhões de pessoas desalojadas (e 5 milhões a mais de pessoas fragilizadas com relação à habitação)¹ indica a incapacidade e ausência de vontade de resolver a “questão do alojamento” que acompanha a longa história do capitalismo. A indústria francesa perde posições face a outros países industrializados, como atesta o agravamento dos déficits comerciais com a maioria dentre eles². O enfraquecimento da base industrial da França que se acelerou no curso dos últimos anos é uma das causas.

A deterioração acelerada da competitividade da indústria e a explosão da dívida pública (que passou de 64,4% do PIB ao fim de 2007 a 95% em 2014) que injeta recursos crescentes ao proveito do capital financeiro possuem consequências muito importantes para o status da França no seio da União Europeia. A construção da União Europeia resultou de três forças majoritárias: a dinâmica da internacionalização do capital, a ação dos Estados, e o desenvolvimento de instituições comunitárias (Comissão, Banco central europeu, etc.). Do ponto de vista estatal, a Alemanha e a França exerceram um papel fundamental, combinando uma forte interdependência econômica, e igualmente política. Uma certa divisão de tarefas foi operada: a economia alemã progressivamente assentou sua dominação econômica na Europa, enquanto que a França se esforçou, graças a seu status de potência militar mundial, para inserir as questões da defesa na agenda comunitária³. A ascensão potencial das questões de defesa a um âmbito

« l’industrie de la sécurité ». Enquanto em 2013 os dados da indústria de armamento eram de 15,1 bilhões de euros, e o da segurança privada (empresas e residências) girava em torno de 6 bilhões de euros. A segurança no senso amplo é o dobro portanto da taxa de negócios da indústria de defesa.

¹ Fondation Abbé Pierre, *L'état du mal-logement en France*, 20º rapport annuel, 3 février 2015.

² Ver por exemplo a deterioração significativa das trocas comerciais com a Itália entre 2004 e 2014 sobre todas as gamas de produtos industriais, *Études et Eclairages*, « Creusement du déficit bilatéral de la France avec l’Italie depuis dix ans » juin 2015, n°58, <http://lekiosque.finances.gouv.fr>

³ C. Serfati, « Imperialism in context: the Case of France », *Historical Materialism*, 2015, Volume 23, Issue 2.



comunitário, que o Tratado de Roma havia reservado aos Estados nacionais, é o fruto de um paciente trabalho dos governos franceses. Decerto, a integração europeia quanto às questões de defesa empalidece em comparação à integração monetária, outro pilar constitutivo dos poderes soberanos. Além disso, o apetite pela questão militar varia de país para país. Sob estas condições, o “imperialismo liberal” teorizado por Robert Cooper permite emparelhar a intervenção militar e as missões humanitárias. Ele permite um compromisso entre os países a uma forte indústria militar (em particular a França e a Grã-Bretanha) e os países que possuem uma longa tradição de ações humanitárias (em particular os países nórdicos)¹.

Desde 2008, o abismo entre a situação econômica alemã e a dos outros países europeus se alargou. A situação é particularmente difícil para a França, já que o desequilíbrio econômico é cada vez mais flagrante no seio da dupla franco-alemã. A incapacidade dos governos franceses em respeitar em seu país os tetos do déficit e da dívida pública – que eles próprios preconizam para os outros países da zona do euro – é um dos motivos de tensão entre os dois países.

O ativismo militar da França certamente não é suficiente para reduzir o desequilíbrio com a Alemanha. Por outro lado, tal postura consolida seu lugar de primeira potência militar no seio da União Europeia. Esse papel não é contestado pela Grã-Bretanha, ao mesmo tempo escaldada pelo desastre no Iraque e pela prioridade dada ao papel da Otan na defesa europeia. Isto permite que a França tire partido desta “vantagem comparativa” que constitui o intervencionismo militar. O objetivo não seria a configuração de uma defesa “única”, como acontece hoje com a moeda, ou mesmo simplesmente a criação de uma defesa unificada. Trata-se na verdade de elevar o nível de implicação militar-humanitário da União Europeia, e igualmente de permitir aos países *“que preenchem os critérios mais elevados de capacidades militares e que subscreveram compromissos mais exigentes na matéria em vista de missões mais exigentes”* a estabelecer uma *“cooperação estruturada de forma permanente no contexto da União”*² e se possível de sustentar os custos dessa cooperação com os recursos do orçamento comunitário³. Neste cenário, o

¹ C. Serfati, *Impérialisme et militarisme : actualité du 21º siècle*, Page 2, Lausanne, 2004.

² Artigo 28A-6 du Traité Sur L'union Européenne

³ Atualmente o mecanismo Athena rateia 10% do custo das operações, ficando o restante a cargo dos países intervenientes.



objetivo dos governos franceses é obter o suporte europeu nas operações militares na África, e melhor ainda que estas empenhem o escudo europeu¹.

Um outro objetivo, importante e simbolicamente significativo, é de levar às atas da EU a exclusão das despesas de defesa (ou a minimização das despesas consagradas às intervenções militares) do pacto de estabilidade e de crescimento. Esta antiga reivindicação, já emitida nos anos 2000², teria a dupla vantagem de desatar os nós do pacto de estabilidade e de legitimar à escala europeia o “excepcionalismo militar” de alguns países (primeiramente a França). O governo alemão não está, contudo, decidido a deixar a França tirar um grande partido desta “vantagem comparativa”³. A ação da França se inscreve, porém, em uma perspectiva de intervenções militares mais numerosas no futuro. Segundo escreveu um relatório de um grupo de trabalho presidido por Javier Solana, “a probabilidade de conflitos regionais de grande amplitude no Oriente Médio, e as consequências das guerras entre as nações na África por razões diversas, incluindo as grandes insurreições políticas”⁴ constituirão um fator de instabilidade maior para a Europa no curso dos próximos quinze anos.

Uma engrenagem perigosa. Retórica militar-humanista ...

A tomada de consciência do caos que afeta uma parte do planeta assim como as ameaças que pesam sobre os interesses geoeconómicos que a França retira de seu status de potência mundial explicam a aceleração do interventionismo militar das presidências Sarkozy e Hollande. As ameaças provocadas pelos grupos terroristas que se reclamam de Islã são postas em destaque⁵. O objetivo exposto é

¹ É o caso da República Centro-Africana (2014). No Mali, a missão EUTM forneceu um apoio ao exército enquanto que a missão EUCAP sustentava a ação das polícias e guardas nacionais.

² Por exemplo pela senhora Alliot-Marie, ministra da Defesa, Delegação pela União Europeia, Assembleia Nacional, 15 de fevereiro 2005.

³ Recusando as demandas do presidente Hollande feitas na cúpula de Bruxelas (dezembro de 2013), a chanceler Merkel declarou “We cannot fund military missions in which we are not involved in the decision process », Andrew Rettman, « France, Germany and UK show discord on EU defence », EU.Observer, 20 décembre 2013, <https://euobserver.com/defence/122570>.

⁴ Javier Solana More Union In European Defence, Report Of A CEPS Task Force, Février 2015,p.10.

⁵ A justificativa dada pelo Ministro da Defesa é de que “o estabelecimento de um Estado terrorista está ao alcance da Europa e da França, nas mãos de grupos próximos à Al Qaeda no Maghreb islâmico (AQMI)” citado por P. RIché, « Pourquoi la France entre en guerre au Mali », 12 janvier 2013, <http://rue89.nouvelobs.com/2013/01/12/pourquoi-la-france-entre-en-guerre-au-mali-238534>



de ajudar os governos locais a enfrentar essa ameaça, e se necessário, no caso da África, de ajudar estes países a “reconstruir um Estado de direito”.

As analogias com as doutrinas do “state-building” (reconstrução dos países) dos Estados Unidos que triunfaram ao longo dos anos 2000 são reais. Os desastres produzidos por sua prática pela administração Bush frearam seu sucesso nos EUA. Por uma série de vazos comunicantes, tais consequências permitiram aos dirigentes franceses a se apresentarem em arautos do “imperialismo liberal” preconizado por R. Cooper.

Estes argumentos não são exatamente novos, eles se encontravam no cerne da ideologia do imperialismo do século XIX e de sua missão “civilizatória”. Hoje, nós a substituímos frequentemente pelo termo “humanitário”, qualificado por Rony Brauman como “neocolonialismo humanitário”¹. As condições e a linguagem mudaram, é evidente, após um século e meio: a “boa governança” e a “responsabilização” (prestação de contas) são os aparatos semânticos contemporâneos, e a criação de colônias e de “protetorados” que se seguiram às intervenções estrangeiras em nome da luta contra o caos é banida em proveito de declarações sobre a “responsabilidade da comunidade internacional”.

As analogias com o intervencionismo militar do passado não devem entretanto encobrir que existem diferenças significativas. Nos séculos dezenove e vinte, os países europeus partiam à conquista de “novos” territórios. A conquista teve por contrapartida o financiamento de medida que, ainda que truncadas (por exemplo no domínio do acesso aos cuidados ou à educação), tinha por função deslegitimar o controle destes territórios e sua proteção contra as ofensivas dos países rivais. Hoje, as intervenções militares não visam nem a conquistar territórios nem a subjugar populações impondo-lhes a ordem metropolitana, elas são altamente seletivas e dependem da importância dos interesses políticos e econômicos em jogo. Basta observar o caos criado pela intervenção no Afeganistão, no Iraque ou na Líbia, e a frequência das intervenções francesas no seu “jardinzinho privado” africano a fim de salvar dirigentes ou de substituí-los por outros mais aceitáveis, para compreender o horizonte temporal bastante curto destas intervenções e a recusa em ajudar as populações a tomar as rédeas do seu próprio caminhos. O peso do fardo suportado pelas antigas potências coloniais explica os chamados dos dirigentes franceses e da ONU aos governos dos países africanos

¹ «Les pièges de l’engagement humanitaire. Droit d’ingérence ou devoir d’ingérence ? Rencontre avec Rony Brauman», Politique autrement, Lettre n° 20, juin 2000, <http://www.politique-autrement.org/Lettre-no-20-Les-pieges-de-l-engagement-humanitaire-Droit-d-ingérence-ou-devoir-d-ingérence>



para que eles ponham em ordem uma força militar apta a fazer reinar a ordem. Porém, a perenidade da presença das forças armadas francesas na África mostra que esta ainda é uma realidade muito distante.

... e suporte bem real às ditaduras

As intervenções militares da França na África subsaariana – e talvez em breve novamente na Líbia – não visam a atacar as causas profundas da desagregação política que atinge estes países. Não metem em causa os hábitos kleptocráticos dos dirigentes cujo enriquecimento pessoal transita pelos bancos franceses e europeus para se deslocar a paraísos fiscais, quando são apenas simplesmente investidos na França¹. Elas visam antes de mais nada a confirmar que a França possui os meios militares de preservar a influência dos grandes grupos financeiros, bancários e industriais franceses sobre os recursos destes países.

No Oriente-Médio, desde o fim das relações privilegiadas que mantinha com o regime iraquiano, a França reforçou suas relações militar-diplomáticas com as monarquias petroleiras. Ela assinou acordos de cooperação militar e de segurança com o Kwait (1993, reforçado em 2009), o Qatar (1994, completado em 1998), e os Emirados Árabes Unidos (2010). A França se engaja em intervenções militares para oferecer suporte a esses países em caso “*de agressão que seja provocada por um ou vários Estados*”². Esta solidariedade forte foi extremamente favorável à venda de armas, pois o Oriente Médio figura de longa data em primeiro lugar para as exportações francesas. Em 2014, o total de contratos de armas firmados unicamente com a Arábia Saudita representou 50% do total dos contratos que entraram em vigor³. O estudo do impacto do acordo com os Emirados sublinha a sua importância “notadamente em matéria de formação ao combate de nossas próprias forças, de perspectivas de mercado para nossas indústrias de defesa e de suporte a nossas operações exteriores”⁴.

Enquanto que em 2011 o relator de um projeto de lei tratando sobre a cooperação militar chamava à “*vigilância*” quando da “*conclusão ou renovação*

¹ Ver o dossiê documentado estabelecido por Xavier Harel e Thomas Hoffnung, *Le scandale des biens mal acquis. Enquête sur les milliards volés de la Françafrique*, Les Editions de la Découverte, Paris, 2011.

² Esta fórmula figura no acordo assinado com os Emirados de Abu Dhabi, mas a fórmula é aproximadamente a mesma de outros acordos.

³ Delegado Geral para o armamento Laurent Collet-Billon, audição na Assembleia Nacional, 26 de maio de 2015.

⁴ Anexado ao projeto de lei apresentado à Assembleia Nacional, 2 de março de 2011.



*destes acordos*¹, nós, ao contrário, assistimos sob os governos de Sarkozy e Hollande a uma solidificação das relações com as monarquias do Golfo, e isto sem “contrapartida” sobre os direitos democráticos ou simplesmente humanos nestes países.

Os dirigentes da França esperam retirar benefícios geopolíticos e econômicos desta relação mais estreita com as monarquias petrolíferas. A vontade de vender armas – e mais amplamente de abrir os mercados das petromonarquias aos grandes grupos franceses constitui um eixo maior da “diplomacia econômica” para cujo desenvolvimento Laurent Fabius contribuiu fortemente. Ele a resumiu da seguinte forma, após o anúncio dos 20 bilhões de euros em contratos firmados com a Arábia Saudita: “*Tudo isto significa que nós temos uma razão para priorizar nossas relações com a Arábia Saudita na região. Esta prioridade, nós a damos sobretudo por razões políticas, pois a Arábia Saudita é uma parceira de referência nesse Oriente instável, com a qual nós podemos trabalhar a gestão de crises.*²”

O apoio incondicional aos regimes da dinastia dos Saoud e do Qatar, bem como ao marechal-presidente Abdel Fattah al-Sissi no Egito, se traduz em um silêncio ensurdecedor dos dirigentes franceses sobre a repressão feroz e a ausência de direitos democráticos nestes países. É inútil, consequentemente, buscar no ativismo militar-diplomático da França, observado há alguns anos, a vontade de apoiar os movimentos populares que jogam lenha na fogueira dos “países árabes”. Neste domínio, a performance da França no Egito e no Oriente Médio é sobretudo guiada pela “doutrina Alliot-Marie”. Os exércitos levados a estes países pela França são, com efeito, utilizados conta as populações que são vítimas destes regimes ditoriais.

Uma engrenagem perigosa

As escolhas militar-diplomáticas dos governos franceses produzem uma engrenagem de subordinação perigosa. Eles provocam um envolvimento crescente da França nos conflitos militares do Oriente Médio a favor dos regimes da Arábia Saudita e do Qatar, cuja política exterior e o militarismo são diretamente orientados contra o Irã. No dia seguinte ao anúncio do contrato de venda do Rafale ao Egito, o

¹ Philippe Folliot, Projeto de lei nº3194 adotado pelo Senado, autorizando a aprovação do acordo entre o Governo da República francesa e o Governo da República dos Camarões instituindo uma parceria de defesa, Assembleia Nacional, 30 de março 2011.

² «L'Arabie Saoudite envisage l'achat de deux réacteurs nucléaires EPR», http://lexpansion.lexpress.fr/actualite-economique/l-arabie-saoudite-envise-l-achat-de-deux-reacteurs-nucleaires-epr_1693140.html#XOZeZbtLRm5rSZTV.99



presidente Al-Sissi decidia a realização de um ataque aéreo contra as populações civis da Líbia, qualificados como “crimes de guerra” pela *Anistia Internacional*¹. De mesma sorte, a Arábia Saudita organizou igualmente um ataque aéreo de longa duração no Yêmen, assim como bombardeamentos com munições de fragmentação, passíveis de acusação de crimes de guerra. Ao mesmo tempo, a Arábia Saudita anunciou uma próxima onda de compras de materiais militares da França.

A venda de armas sem nenhuma reserva aos países do Oriente Médio pela França age, assim, como um facilitador de verdadeiras chacinas que atingem a região, pois os países compradores estão decididos a utilizar estas armas, para as quais eles precisam antes de mais nada de militares formados. O governo francês mostrou, por exemplo, sua disponibilidade ao assinar um acordo para a formação técnica de pilotos e mecânicos, mas mais amplamente para a instrução de oficiais da formação em um acordo separado e confidencial. É possível assim prever que o significativo aumento das despesas militares nos países do Oriente Médio, no qual a indústria francesa tem grande participação, se traduzirá por uma violência mais forte ainda do que a que observamos hoje.

Essa evolução engaja a diplomacia francesa em uma mecânica incontrolável. É, com efeito, ilusório pensar que, no local onde os Estados Unidos interviram apenas para semear o caos, e que hoje sofrem os efeitos desta intervenção, os regimes que lutam por uma forma de liderança regional são portadores, ao contrário, de qualquer estabilidade. A decisão de tomar posição no conflito entre dois “campos” (monarquias petrolíferas vs Irã) que lutam por reforçar suas respectivas influências regionais explica a posição “falcão” do governo francês sobre um acordo que remete ao urâno iraniano, enquanto que a Arábia saudita anuncia que buscará se munir de armamento nuclear se um acordo for feito com o Irã².

Por fim, estes regimes, quando não foram criadores de redes terroristas, instrumentalizam estas redes, que o governo francês tem como seus principais inimigos. A promiscuidade do regime do Qatar com os grupos islâmicos radicais no Iraque, na Síria e no Yêmen é tão notório quanto o financiamento da Al Qaeda pela Arábia Saudita (e os Estados Unidos ao longo das décadas de 1990 e 2000³. Assim observa um antigo alto funcionário do Ministério da Defesa: “A Arábia Saudita, casa-

¹ Amnesty International, “Libya: Mounting evidence of war crimes in the wake of Egypt’s airstrikes”, 23 février 2015.

² David E. Sanger, « Saudi Arabia Promises to Match Iran in Nuclear Capability », New York Times, 13 mai 2015.

³ Por exemplo Elizabeth Dickinson, « The Case against Qatar », Foreign Policy, 30 septembre 2014.



mãe do Salafismo Jihadista, criou um Frankenstein cujo efeito boomerangue ela passa a questionar anos após. Hoje, os dirigentes do reino parecem divididos sobre qual linha adotar.¹ Poderíamos acrescentar ao “círculo familiar” os padrinhos qatarianos de grupos islâmicos radicais na Síria, e enlargeter ainda mais lembrando o papel representado pelo Tio Sam². As rivalidades pela dominação regional entre as monarquias do Golfo que apadrinham estes grupos armados são assim exacerbadas³.

Conclusão

As declarações de François Hollande quando da visita do terreno de Dassault-Aviation citados no título deste artigo são, em suma, estas de um presidente “normal”, ou seja, de alguém que se inscreve na longa tradição da V^a República. Contudo, para além das diferenças de personalidade⁴, o contexto é profundamente diferente daquele do momento de sua fundação por de Gaulle. De um lado, a condição apoiada por milhões de assalariados e suas famílias em razão do seu aumento de competitividade não tem muito a ver com aquela que prevalecia à época dos “trinta gloriosos”, e a crise agrava a situação dos jovens das periferias, mais ainda em se tratando daqueles “filhos da imigração”. De outro lado, a centralidade do militar permanece, mas ela se inscreve hoje no contexto de uma deterioração acelerada da situação geopolítica internacional, e a irrupção de movimentos populares que minam os regimes situados na “zona prioritária da França”, de acordo com a expressão utilizada no Livro branco de 2013.

As intervenções militares da França têm por objetivo consolidar o status internacional da França. Este constitui-se como um ativo cuja defesa se mostra

¹ Pierre Conesa, « Non, les Occidentaux ne doivent pas intervenir militairement au Moyen-Orient »,

Diploweb.com, 15 septembre 2014.

² Ver o artigo de Jason Burke, datant de 1999 (!), « Frankenstein the CIA created », The Guardian, 17 janvier 1999

³ O viés de leitura de um conflito sunita-xiita é tendencioso. As rivalidades pela dominação regional entre a Arábia Saudita e o Irã conduzem-no a estabelecer contatos estreitos com os Talibãs (sunitas) pois os dois partidos estão inquietos com a ascenção do ISIS. Ver F. Peikar, « Why did the Talibans go to Teheran ? », TheGuardian, 22 mai 2015. A rivalidade entre a Arábia Saudita e o Qatar para controlar os grupos armados sunitas na Síria e no Líbano é muito forte.

⁴ Assim, Hollande se diferencia de seu predecessor, adepto a gesticulações que, por exemplo, demarcaram o episódio do Líbano: liberação de enfermeiras búlgaras por Khadafi, tenda do “guia” plantada nos jardins do hotel Marigny, papel de B.H., Lévy como conselheiro do presidente, ver por exemplo Alfred de Montesquiou, « BHL : ma guerre en Libye », Paris-Match, 18 novembre 2011, <http://www.parismatch.com/Actu/International/BHL-Ma-guerre-en-Libye-157432>, etc.



tanto mais necessária quando a posição econômica do capitalismo francês se deteriora, inclusive no seio da União Europeia. Elas conduzem os governos franceses a aumentar o orçamento militar e securitário. Se estas evoluções se confirmarem, nos restará então medir as consequências do abismo crescente entre o ativismo militar e o estado da economia e da sociedade francesa. (26 de junho de 2015).